



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 1, Jan./Jun., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 26.12.2024. Revisado por pares em: 22.07.2025. Reformulado em: 27.08.2025. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n1ID38686

Evidenciação e representatividade das transações com partes relacionadas das companhias listadas na B3: um olhar na governança corporativa

Disclosure and representation of transactions with related parties of companies listed on B3: a look at corporate governance

Divulgación y representación de transacciones con partes relacionadas de empresas listadas en B3: una mirada al gobierno corporativo

Autoras

Natália Weingärtner

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima, S/N, Trindade, Florianópolis (SC). CEP: 88040-900. Telefone: (48) 98851-1778. Identificadores (ID):

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-8129-386X>

E-mail: nataliaweingartner08@gmail.com

Maíra Melo de Souza

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima, S/N, Trindade, Florianópolis (SC). CEP: 88040-900. Identificadores (ID):

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9237-1348>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5725617877441002>

E-mail: mairameloufsc@gmail.com

(Artigo apresentado no VI International Conference in Management And Accounting (ICMA) - Chapecó - SC)

Resumo

Objetivo: Analisar o nível de evidenciação e a representatividade, entendida como o grau em que as transações com partes relacionadas são tratadas, monitoradas e divulgadas nas práticas de governança corporativa, considerando aspectos como detalhamento exigido pelo CPC 05 (R1) e IAS 24, das companhias listadas na B3.

Metodologia: Foram elaboradas duas listas de verificação, para análise das transações com partes relacionadas (TPR) e da governança corporativa. A amostra analisada foi composta por 315 companhias que possuíam TPR no ano de 2022.

Resultados: Os resultados demonstraram que empresas com melhores práticas de governança corporativa apresentaram maior detalhamento e representatividade na divulgação das TPR, com maior aderência às exigências do CPC 05 (R1) e IAS 24, evidenciando o cumprimento de requisitos adicionais relacionados à transparência e à comparabilidade das informações.

Contribuições do Estudo: A análise revelou correlação positiva e estatisticamente significativa entre o nível de governança corporativa e o nível de evidenciação e representatividade das TPR, indicando que empresas com estruturas de governança mais robustas tendem a apresentar divulgações mais completas e detalhadas, em conformidade com as normas aplicáveis.

Palavras-chave: Partes relacionadas. CPC 05 (R1). IAS 24. Evidenciação Contábil. Governança Corporativa.

Abstract

Purpose: Analyze the level of disclosure and representativeness, understood as the degree to which transactions with related parties are treated, monitored and disclosed in corporate governance practices, considering aspects such as the detail required by CPC 05 (R1) and IAS 24, of the companies involved in B3.

Methodology: Two checklists were developed to analyze related-party transactions (RPTs) and corporate governance. The sample analyzed consisted of 315 companies that had RTPs in 2022.

Results: The results demonstrated that companies with better corporate governance practices presented greater detail and representativeness in the disclosure of TPR, with greater adherence to the requirements of CPC 05 (R1) and IAS 24, evidencing compliance with additional requirements related to transparency and comparability of information.

Contributions of the Study: The analysis revealed a positive and statistically significant correlation between the level of corporate governance and the level of disclosure and representativeness of TPR, indicating that companies with more robust governance structures tend to present more complete and detailed disclosures, in compliance with applicable standards.

Keywords: Related parties. CPC 05 (R1). IAS 24. Accounting Disclosure. Corporate Governance.

Resumen

Objetivo: Analizar el nivel de revelación y representatividad, entendido como el grado en que las transacciones con partes relacionadas son tratadas, monitoreadas y reveladas en las prácticas de gobierno corporativo, considerando aspectos como el detalle requerido por el CPC 05 (R1) y la NIC 24, de las empresas listadas en B3.

Metodología: Se desarrollaron dos listas de verificación para analizar las operaciones con partes vinculadas (OPR) y el gobierno corporativo. La muestra analizada consistió en 315 empresas que contaban con OPR en 2022.

Resultados: Los resultados demostraron que las empresas con mejores prácticas de gobierno corporativo presentaron mayor detalle y representatividad en la revelación de TPR, con mayor adherencia a los requerimientos del CPC 05 (R1) y IAS 24, evidenciando el cumplimiento de requerimientos adicionales relacionados a la transparencia y comparabilidad de la información.

Contribuciones del Estudio: El análisis reveló una correlación positiva y estadísticamente significativa entre el nivel de gobierno corporativo y el nivel de divulgación y representatividad del TPR, indicando que las empresas con estructuras de gobierno más robustas tienden a presentar divulgaciones más completas y detalladas, en cumplimiento con los estándares aplicables.

Palabras clave: Partes relacionadas. CPC 05 (R1). NIC 24. Información a revelar contable. Gobierno Corporativo.

1 Introdução

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), a contabilidade tem como objetivo fornecer informações financeiras úteis para investidores, credores e outros usuários na tomada de decisões, devendo essas informações ser relevantes, fidedignas, comparáveis e compreensíveis. Para tanto, as demonstrações contábeis precisam evidenciar, de forma clara e tempestiva, eventos e transações que possam impactar a avaliação da situação econômica e financeira da entidade.

Entre os elementos que exigem atenção especial na divulgação estão as transações com partes relacionadas (TPR). Conforme o pronunciamento técnico CPC 05 (R1) trata do tema no Brasil, estando alinhado a norma internacional IAS 24 (*Related Party Disclosures*) do *International Accounting Standards Board* (IASB), “partes relacionadas” pode ser entendido como uma pessoa física ou jurídica que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis, podendo ser: um membro próximo da família que está relacionado com a empresa, uma coligada, uma *joint venture*, uma controlada, ou um membro do pessoal chave da administração da entidade ou da controladora (CPC 05 R1, 2010).

Manaligod (2012) explica que o relacionamento entre a entidade e suas partes relacionadas permite que ocorram transações que outras partes não relacionadas não seriam capazes de oferecer. Isto significa que a entidade pode ter seu resultado, desempenho e posição financeira afetados devido a sua relação com as partes relacionadas.

A este respeito, Dantas et al. (2022) alertam que existe o potencial risco de transações com partes relacionadas serem utilizadas em ambientes de conflitos de interesses, podendo ocorrer expropriação de riquezas dos acionistas minoritários, dentre outros prejuízos aos demais usuários externos da contabilidade.

As transações que ocorrem entre a entidade que fornece informações e a sua parte relacionada, podem ser descritas como a movimentação de recursos, serviços e obrigações, mesmo que não ocorra a cobrança de contrapartida financeira. A evidenciação dessas transações em notas explicativas é essencial na avaliação dos riscos e oportunidades relacionados à entidade (CPC 05 R1, 2010).

Magalhães et al. (2011) alertam que os investidores e demais usuários externos precisam estar atentos às transações entre partes relacionadas por elas poderem ser utilizadas como um caminho para a obtenção de benefícios privados de controle. Diversas fraudes corporativas

utilizaram transações com partes relacionadas para obtenção de benefícios próprios em detrimento aos investidores e demais partes interessadas. Como exemplos, os autores supracitados citaram alguns casos como a Enron, que utilizou transações com sociedades de propósito específico, a Worldcom que realizou empréstimos para executivos, e a Parmalat que realizou empréstimos para empresas de posse do controlador.

Diante do exposto, no contexto de existência de transações com partes relacionadas, a evidenciação em notas explicativas do grau de relacionamento, bem como dos tipos de operações e saldos existentes, é essencial para os usuários externos poderem avaliar de forma adequada o desempenho da empresa. Ressalta-se que o simples envolvimento com partes relacionadas já pode gerar impactos relevantes (Santos et al., 2022).

No intuito de orientar os usuários sobre a existência e riscos relacionados às transações com partes relacionadas, o CPC 05 (R1, 2010) determina que as entidades devem divulgar em notas explicativas o potencial que suas demonstrações contábeis possuem de serem afetadas por partes relacionadas. O texto da norma ressalta a importância da contabilidade em divulgar adequadamente tais operações (Manaligod, 2012).

Silveira et al. (2008) destacam que no ambiente empresarial, as transações com parte relacionadas são operações frequentes e que é necessário uma precaução por parte dos seus usuários ligados à governança corporativa, devido ao seu potencial risco de conflitos de interesses. Eles ainda ressaltam a importância da existência de regras relacionadas às transações com partes relacionadas, considerando o potencial destrutivo do valor corporativo da organização.

No ambiente corporativo, diante da existência de conflitos de interesses, a governança corporativa é um sistema que dirige e monitora as organizações, através de princípios, regras, estruturas e processos. Sendo assim, um sistema que faz contribuições para a sociedade e meio ambiente, buscando o equilíbrio entre os interesses dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2023).

Ribeiro e Souza (2022) discorrem que para diminuir os conflitos de interesses, é necessário adotar boas práticas de governança corporativa, para a empresa aumentar sua capacidade de alinhar as expectativas dos usuários externos ao bom desempenho em prol da organização. As estruturas de supervisão e controle fazem parte da qualidade da governança corporativa.

Nessa perspectiva, no contexto empresarial em que transações com partes relacionadas podem ser utilizadas em ambientes de conflitos de interesses, a adoção de boas práticas de governança corporativa é essencial para fortalecer os controles internos, percorrendo as etapas de uma empresa, contribuindo com a sua continuidade (Przendsiuk, 2015).

Considerando o exposto, tendo em vista a importância de uma adequada divulgação das transações com partes relacionadas, o entendimento e magnitude destas operações e a relevância das boas práticas de governança corporativa no mercado de capitais, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: **Como o nível de evidenciação e representatividade das transações com partes relacionadas se relaciona com a governança corporativa das companhias listadas na B3?** Baseando-se no problema apresentado, o objetivo deste estudo é analisar o nível de evidenciação e a representatividade, entendida como o grau em que as transações com partes relacionadas são tratadas, monitoradas e divulgadas nas práticas de governança corporativa, considerando aspectos como detalhamento exigido pelo CPC 05 (R1) e IAS 24, das companhias listadas na B3.

Um caso recente, amplamente divulgado pela mídia, diz respeito à empresa Americanas, conforme notícia publicada pelo Estadão Economia (2023), a companhia informou em fato

relevante para a Comissão de Valores mobiliários que os diretores anteriores vinham apresentando informações inverídicas nas suas demonstrações contábeis, escondendo a real situação da empresa.

Tal notícia sugere a existência de conflitos de interesses na organização, que contribuíram com seu declínio, pois o mercado não tinha conhecimento da real situação da companhia. Neste contexto, estudos e análises sobre governança corporativa ganham relevância (Estado Economia, 2023).

Diante do exposto, a realização da pesquisa se justifica ao se considerar que os temas relacionados com a governança corporativa possuem relevância de cunho social e econômico, tendo em vista um contexto em que os conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas podem afetar fortemente os usuários externos e a continuidade de uma organização.

Ademais, pretende-se produzir e atingir resultados que obtenham contribuições teóricas e práticas, visto que contempla um mapeamento que abrange a natureza, a evidenciação e a representatividade das operações com partes relacionadas existentes nas companhias abertas brasileiras.

A pesquisa apresenta, ainda, contribuições práticas aos investidores, no sentido de fornecer um parâmetro daquilo que as companhias estão evidenciando a respeito das transações com partes relacionadas permitindo uma análise mais criteriosa sobre a confiabilidade das informações divulgadas. Além disso, os resultados obtidos podem auxiliar no esclarecimento das dúvidas existentes ao se trabalhar com transações de partes relacionadas e, também, evidenciar os riscos que podem ser enfrentados ao desenvolver um relatório que apresente informações duvidosas sobre a situação financeira e econômica da organização.

2 Revisão da Literatura

2.1 Divulgação de Partes Relacionadas

Parte relacionada é a pessoa física ou jurídica que possui um relacionamento com a entidade que relata a informação, ou seja, a entidade responsável por elaborar as demonstrações contábeis (CPC 05 R1, 2010). O pronunciamento estabelece que as empresas devem divulgar, em notas explicativas, informações suficientes para que os usuários compreendam a natureza do relacionamento, o tipo de transações realizadas e seus efeitos nas demonstrações financeiras. O item 21 do CPC 05 (R1) exemplifica transações que devem ser divulgadas quando realizadas com partes relacionadas, incluindo: compra ou venda de bens e serviços; prestação ou recebimento de serviços; arrendamentos; transferências de pesquisa e desenvolvimento; contratos de mútuo; garantias fornecidas ou recebidas; acordos de gestão; e remuneração de administradores e executivos-chave.

As transações com partes relacionadas são eventos comuns que ocorrem entre as entidades que estão associadas a um mesmo grupo econômico, ou uma pessoa física ligada à entidade ou ao pessoal da administração da organização. Dessa forma, é o relacionamento desenvolvido pela entidade com a pessoa jurídica ou física, que possui poder de interferir ou influenciar a prática de ações significativas nas demonstrações contábeis e financeiras da empresa (Castro, 2017).

O relacionamento com partes relacionadas é uma característica comum de entidades que constantemente realizam suas atividades através de empresas que são suas controladas, coligadas ou *joint ventures* (CPC 05 R1, 2010). Por isso, essas transações são estabelecidas por

meio de contratos e é importante enfatizar a realização de processos decisórios antes e após a formação deste documento. Além disso, é necessário destacar os aspectos da governança corporativa aplicada a este contrato e as peculiaridades do ambiente jurídico em que a parte relacionada está situada (Przendsiuk, 2015).

Neste ambiente, é necessário que as informações sobre as transações, saldos existentes, compromissos e relacionamento da entidade com as partes relacionadas sejam adequadamente divulgadas, pois estas informações podem influenciar as tomadas de decisões dos usuários externos que usam como base os relatórios provenientes da contabilidade (Magalhães et al., 2011).

Silveira et al. (2008) verificaram que os riscos inerentes às transações com partes relacionadas possuem ligação com potenciais conflitos de interesses, manipulação de informações e falha na divulgação. Esses riscos podem comprometer a transparência, integridade e equidade nas operações da empresa, afetando a confiança dos investidores e prejudicando a reputação e a tomada de decisões da empresa.

Beerbaum (2018) destaca o caso da Enron como um dos muitos escândalos corporativos que foram associados a transações com partes relacionadas, a Enron estabeleceu parcerias para retirar ativos e dívidas dos seus livros, mas esta ação não foi divulgada e explicada de forma inadequada no seu relatório anual.

Segundo Corlaci e Tudor (2011), o relacionamento com partes relacionadas pode ter efeitos no resultado e na posição financeira de uma entidade. Esse relacionamento permite celebrar transações que entidades independentes evitariam, impactando diretamente a avaliação do desempenho, posição financeira, riscos e oportunidades pelos usuários das demonstrações financeiras. A existência de partes relacionadas pode afetar a entidade mesmo na ausência de transações diretas, destacando a necessidade de um entendimento profundo das transações, saldos pendentes e compromisso relacionados a essas partes.

Portanto, a aplicação rigorosa do Pronunciamento Técnicos CPC 05 (R1) é indispensável para assegurar que as demonstrações contábeis reflitam, de forma transparente, os impactos dessas operações.

2.2 Governança Corporativa nas Organizações

A governança corporativa passou por uma evolução significativa nos últimos anos, passando de uma ênfase estrita na maximização do valor econômico direcionado aos acionistas para um objetivo mais abrangente que busca gerar valor compartilhado com todas as partes interessadas. Estabelecendo assim uma ligação entre as organizações e as dimensões econômicas, sociais e ambientais ao seu redor (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC, 2023).

Para garantir uma boa governança corporativa, é importante salientar a importância do acompanhamento dos relacionamentos que a entidade possui com os diferentes indivíduos que desempenham um papel significativo nas decisões da organização (Przendsiuk, 2015). Neste ambiente, a boa governança corporativa é reconhecida pelas diretrizes internacionais como um mecanismo crucial que assegura a responsabilização e aprimora o desempenho, sendo uma fonte potencial de vantagem competitiva para as empresas (Ho, 2011).

Segundo o estudo feito por Ribeiro e Souza (2022), entre os anos de 2015 e 2018 é possível observar uma evolução das publicações sobre governança corporativa, principalmente durante o ano de 2017. Canaj et al. (2022) explicam que este crescente interesse no conceito de

governança corporativa está relacionado com o aumento dos colapsos econômicos e crises financeiras ao longo dos anos.

Entre os fatores que motivam essa atenção, destacam-se as transações envolvendo partes relacionadas que apresentam um considerável potencial para gerar conflitos de interesses, tanto entre os acionistas e administradores, como entre acionistas minoritários e controladores (Silveira et al., 2008). No ambiente empresarial sujeito a conflitos de interesses, a governança corporativa é a instituição que aborda mecanismos, como regras, sistemas e procedimentos que o gestor da entidade possa seguir, a fim de atingir os objetivos das partes interessadas (Ismail et al., 2022).

É essencial que os agentes de governança garantam a existência de políticas e processos transparentes e eficazes para mitigar e inibir conflitos no contexto das decisões colegiadas e no dia a dia da entidade, baseada nos princípios de integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. Essas políticas devem orientar as tomadas de decisão de forma imparcial e em benefício dos melhores interesses da organização, evitando qualquer influência de outros interesses, sejam eles pessoais ou comerciais (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa IBGC, 2023).

Fama (1980) já alertava que a principal função de um gestor é monitorar os contratos que apresentam fatores e probabilidades de fracasso ou sucesso. Os contratos entre partes relacionadas apresentam tal potencial de risco, Cardoso et al. (2004) ressaltam que os administradores começaram a demonstrar uma crescente preocupação com o gerenciamento de contratos, principalmente após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. Ao tomar ciência desse aspecto, as agências reguladoras do mercado de capitais estabeleceram normas específicas para a divulgação transparente das informações, buscando aprimorar a eficiência do mercado e identificação de fraudes contábeis nas empresas.

Nesse contexto, a transparência contábil se torna um mecanismo fundamental de governança, sendo um dos sinais mais consideráveis na construção da reputação corporativa. As práticas que são adotadas pelo gestor, quando transparentes, caracterizam o compromisso de preservar a vantagem competitiva e promover a integridade e confiança necessária para alcançar uma boa reputação ao se tratar de governança corporativa (Góis & Soares, 2019).

É possível depreender que a evolução da governança corporativa reflete uma mudança significativa, passando de uma abordagem centrada na maximização do valor econômico para os acionistas para uma perspectiva mais ampla, visando gerar valor compartilhado com todas as partes interessadas. Essa crescente atenção a esse conceito ressalta a necessidade de incluir mecanismos eficazes para garantir a transparência, integridade e responsabilidade nas práticas corporativas.

Portanto, a boa governança desempenha um papel crucial na divulgação com partes relacionadas, promovendo a integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. A junção da governança corporativa e a adequada divulgação de partes relacionadas são essenciais para promover maior segurança a todas as partes interessadas e preservar uma reputação sólida no âmbito empresarial.

2.3 Estudos Similares

Foi realizado um levantamento de estudos anteriores semelhantes ao tema da presente pesquisa, a busca foi por meio das Bases *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL), Google Acadêmico e o Portal de Periódicos CAPES. As palavras-chave utilizadas no levantamento foram: partes relacionadas, *Related Party*, governança corporativa, CPC 05 (R1),

IAS 24 e evidência contábil. Na Tabela 1 está apresentada uma síntese dos estudos encontrados.

Tabela 1
Estudos anteriores

Autores	Período analisado	Objetivo da Pesquisa	Resultados
Silveira et al. (2008)	2006	Identificar quais são as estratégias jurídicas adotadas no Brasil a fim de evitar problemas decorrentes de conflitos de interesses nas transações entre partes relacionadas	Concluiu-se que o sistema aposta principalmente em duas estratégias legais: as regras de conduta com análise ex-post e a transparência obrigatória de informações relevantes. Além disso, as transações entre partes relacionadas são significativas e realizadas com frequência pelas empresas da amostra.
Souza et al. (2013)	2011	Identificar características associadas ao valor total das transações com partes relacionadas nas empresas de capital aberto brasileiras.	Foi possível constatar que não há evidências de que o valor das transações com partes relacionadas possa ter alguma relação com a concentração do controle acionário ou com a adoção de níveis diferenciados de governança.
Przendsiuk (2015)	2014	Indicar eventuais oportunidades de evolução das práticas ou o conjunto de leis a respeito das transações entre partes relacionadas.	Foi possível observar que a ciência jurídica precisa se concentrar no aperfeiçoamento dos mecanismos que permitam o controle especial desses negócios e evoluir a disciplina jurídica e normativa das transações entre partes relacionadas. Além de destacar que é necessário capacitar os indivíduos para compreender os valores essenciais e aspectos éticos.
Castro (2017)	2017	Verificar se as entidades brasileiras listadas na BM&FBOVESPA estão divulgando suas demonstrações contábeis, atendendo aos requisitos mínimos de divulgação contidos no CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.	Foi possível observar que as empresas não realizaram a divulgação correta dos itens que deveriam ser divulgados. Mas pode-se destacar uma pequena melhora no nível de divulgação entre as médias divulgadas de 2012 a 2016.

Dantas et al. (2022)	2010 a 2020	Avaliar o impacto das transações com partes relacionadas nos trabalhos de auditoria.	O estudo revelou que a BDO RCS Auditores Independentes foi a firma de auditoria que mais mencionou as transações com partes relacionadas em seus relatórios, que a maior parte dos destaques feitos pelos auditores sobre o tema se dá por meio de parágrafos de ênfase que abordam o volume relevante dessas transações e que a menção às transações entre partes relacionadas nos relatórios de auditoria é relacionada com o volume dessas transações e com o nível de rentabilidade das empresas
----------------------	-------------	--	--

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Os estudos anteriores apresentados proporcionam uma visão sobre transações entre partes relacionadas, revelando percepções significativas sobre as estratégias jurídicas, características das transações, práticas de governança corporativa, evidenciação contábil e o impacto dessas transações. Silveira et al. (2008) destacaram estratégias jurídicas que são adotadas no Brasil, ressaltando a importância da transparência obrigatória e regras de conduta a fim de evitar conflitos de interesse.

Já Souza et al. (2013), exploram a relação entre o valor total das transações com partes relacionadas em empresas de capital aberto e os aspectos como concentração do controle acionário e níveis diferenciados de governança. Przendsiuk (2015) adiciona a reflexão sobre as oportunidades de evolução nas práticas e leis relacionadas a partes relacionadas, evidenciando a necessidade de aprimoramento e evolução dos mecanismos e da disciplina jurídica e normativa.

No contexto da divulgação contábil, Castro (2017) analisa se as empresas da sua amostra atendem os requisitos mínimos de divulgação contidos no CPC 05 (R1), que apesar de apresentar falhas na divulgação, aponta uma melhora ao longo do tempo. Dantas et al. (2022) analisam o impacto dessas transações nos trabalhos de auditoria, realçando a ênfase dada por auditores sobre o volume dessas transações e a sua relação com o desempenho financeiro das empresas. Em conjunto, esses estudos fornecem uma visão integrada sobre as partes relacionadas e os aspectos legais, práticas de governança, divulgação contábil e auditoria.

Diante do exposto, estudos tratando do tema partes relacionadas são relevantes considerando que a magnitude dos valores pode gerar um alto impacto nas partes interessadas na situação da empresa, principalmente investidores.

A análise abrangente dos estudos anteriores destaca a complexidade e interconexão de diversos aspectos no contexto das transações entre partes relacionadas, como estratégias jurídicas, governança corporativa, divulgação contábil e auditoria. Essas pesquisas fornecem uma compreensão aprofundada dos desafios e oportunidades associados ao tema. A ênfase persistente na transparência, na evolução normativa e nas práticas aprimoradas revela um cenário dinâmico que impacta não somente as organizações envolvidas, mas também os investidores e demais partes interessadas.

3 Procedimentos Metodológicos

3.1 População e Amostra de Pesquisa

Foram analisadas todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na Brasil, Bolsa Balcão (B3) presente nos segmentos, visando identificar quais possuem transações com partes relacionadas no exercício social de 2022. Na data de 18/04/2024 foram observadas 462 companhias listadas na B3.

Após a análise criteriosa de cada uma das notas explicativas dessas companhias, feita manualmente por meio da leitura individual de cada relatório financeiro e que permitiu um levantamento detalhado, observou-se que 373 divulgaram possuir transações com partes relacionadas. Este método permitiu um levantamento detalhado e preciso das informações, o que faltou o uso do filtro para exclusão das controladas em que sua controladora já fazia parte da amostra, visando evitar duplicidade de dados. Após a realização desta análise, restaram 315 companhias que constituíram objeto de estudo na presente pesquisa. A Tabela 4 demonstra a amostra de empresas por setor.

Tabela 2

Amostra de pesquisa por setor de atuação

Setor	Quantidade
Bens Industriais	57
Comunicações	10
Consumo Cíclico	71
Consumo Não Cíclico	25
Financeiro	42
Materiais Básicos	19
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11
Saúde	23
Tecnologia da Informação	14
Utilidade Pública	43
Total	315

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A tabela 2 evidencia a distribuição das 315 empresas presentes na amostra em seus setores de atuação, destacando os setores de “Consumo Cíclico”, “Bens Industriais” e “Utilidade Pública”, que possuem maior presença. Portanto, permite uma análise abrangente da diversidade de setores econômicos disponíveis no mercado de capitais brasileiro, além da representatividade destas companhias incluídas na pesquisa sobre as transações com partes relacionadas.

3.2 Delineamento da Pesquisa

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, visto que apresenta o intuito de compreender e explicar como os aspectos reais podem ser relacionados com a dinâmica das relações sociais (Gerhardt & Silveira, 2009). Os pesquisadores utilizam técnicas qualitativas para explorar e compreender os dados de forma mais aprofundada, sem a busca pela precisão estatística, priorizando a riqueza e contextualização das informações (Gil, 2018).

A pesquisa se classifica como descritiva, considerando que esse processo visa identificar, registrar e analisar características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo em questão (Nunes et al. 2016).

O objetivo da pesquisa descritiva é descobrir a frequência com que o fenômeno ocorre, suas relações e conexões com outros elementos, buscando compreender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e em outros aspectos do comportamento humano, tanto em nível individual como em grupos e comunidades mais complexas (Manzato & Santos, 2012).

A fonte dos dados desta investigação foi documental, considerando que foram utilizadas as Notas Explicativas integrantes das Demonstrações Financeiras Consolidadas Padronizadas e os Formulários de Referência, pertinentes ao ano de 2022, disponíveis no *site* da Brasil, Bolsa, Balcão (B3). A escolha do ano foi motivada por sua relevância no contexto empresarial e econômico, em janeiro de 2023 vieram a público fatos significativos envolvendo transações com partes relacionadas em uma grande companhia brasileira, como o caso das Americanas, que demonstra que em 2022 existiam estas condições em seu contexto e que se mostraram provenientes de falha na governança corporativa.

O estudo foi elaborado a partir da seleção das companhias da amostra, coleta dos documentos no site da B3, leitura e extração das informações sobre TPR conforme o CPC 05 (R1), organização em planilhas e análise à luz da literatura de governança corporativa e TPR.

3.3 Instrumento de Pesquisa

3.3.1 Instrumento de pesquisa para análise do nível de evidenciação das transações com partes relacionadas

Como instrumento de análise para medir o nível de evidenciação das transações com partes relacionadas foi elaborada uma lista de verificação com base nas exigências de divulgação contidas no pronunciamento contábil CPC 05 (R1), a qual está demonstrada na Tabela 3.

Tabela 3

Lista de Verificação

-
- a) Divulgação dos relacionamentos entre controladora e suas controladas, independentemente de haver ou não transações entre si. A entidade deve divulgar o nome da sua controladora direta e, se for diferente, da controladora final.
 - b) Divulgação da natureza (tipos) do relacionamento entre as partes relacionadas.
 - c) Uma visão acerca dos efeitos causados pelos relacionamentos com partes relacionadas.

- d) Divulgação da remuneração total do pessoal chave da administração.
- e) Divulgação detalhada da remuneração do pessoal chave da administração.
- f) Informações sobre os saldos existentes em decorrência das transações que foram realizadas entre partes relacionadas.
- g) Divulgação do valor total dos montantes a pagar e a receber de partes relacionadas.
- h) Classificação detalhada dos montantes a pagar e a receber de partes relacionadas em diferentes categorias.
- i) Uma avaliação dos riscos e das oportunidades com os quais a entidade se depara.
- j) Divulgação das condições em que as transações com partes relacionadas foram efetuadas.

Fonte: adaptado do CPC 05 (R1, 2010).

A Tabela 3 serve como um parâmetro para as empresas assegurarem o mínimo da divulgação obrigatória pertinente às transações com partes relacionadas. O cumprimento dessas diretrizes contribui para a transparência e a compreensão adequada das informações financeiras pelos usuários das demonstrações.

Conforme é possível observar na Tabela 3, a Lista de Verificação para análise da evidenciação das transações com partes relacionadas é formada por 10 itens. A verificação foi realizada em cada uma das companhias pertencentes à amostra, possibilitando mensurar o nível de divulgação conforme será explicado no tópico 3.4.

3.3.2 Análise da representatividade das transações com partes relacionadas

Para análise da representatividade das transações com partes relacionadas existentes nas companhias da amostra foram identificadas todas as relações existentes, obtendo a quantidade em tipos de relacionamentos verificados, bem como identificados os valores dos saldos existentes entre as partes. Dessa forma, foi possível obter o valor e o volume dessas transações, visando relacionar com o nível de evidenciação e as características de governança corporativa adotadas pelas companhias objeto de estudo.

3.3.3 Características de governança corporativa contidas no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa representa um conjunto de orientações estabelecidas para aprimorar a gestão e as operações da empresa, visando promover o respeito à integridade, equidade, responsabilidade, transparência e sustentabilidade nas suas relações com a sociedade, ele visa orientar as organizações na adoção de padrões que contribuam para uma gestão mais eficaz, alinhando interesses de acionistas, diretores, colaboradores e demais partes interessadas (IBGC, 2023). A Tabela 4 apresenta as sugestões das condutas que a entidade pode seguir para aprimorar sua gestão e melhorar sua governança corporativa.

Tabela 4

Sugestões Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa

- a) Existência de canais de comunicação eficientes com diferentes públicos interessados na organização.
- b) Conselho de Administração com membros independentes.
- c) Possuir Comitê de Auditoria.
- d) Possuir Auditoria Interna.

- e) Possuir área de compliance na empresa.
- f) Possuir Comitê de Ética.
- g) Divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado.
- h) Possuir um sistema de gestão de riscos.
- i) Garantir que a remuneração dos executivos seja transparente e proporcional.
- j) Divulgação sobre os sistemas de controles internos.

Fonte: adaptado do IBGC (2023).

A Tabela 4 é composta por 10 sugestões de práticas de Governança Corporativa que são orientadas pelo Código do IBGC (2023). Apesar de tais orientações não serem obrigatórias para todas as empresas da amostra, a intenção é verificar se aquelas que voluntariamente já adotam tais orientações possuem também um melhor nível de evidenciação das suas relações com partes relacionadas, considerando que estas sugestões visam a integridade, transparência, equidade, responsabilização e sustentabilidade. Os documentos utilizados na análise das características de governança foram as Notas Explicativas e o Formulário de Referência.

3.4 Procedimentos de Pesquisa

A metodologia adotada para obter o nível de evidenciação das transações com partes relacionadas consiste em atribuir valores para os itens divulgados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e nas Notas Explicativas referentes ao ano de 2022 das empresas que compuseram a amostra.

Nesta análise, foi atribuído o valor 1 para quando as informações exigidas no item foram apresentadas de forma clara e completa. Já nos itens que não foram evidenciados ou que não estão apresentados de maneira adequada conforme descrito no requisito avaliado, foi atribuída a nota de valor 0. E por fim, nos casos em que a empresa afirmar explicitamente que determinada situação não se aplicava a ela, foi atribuído o status de NA (não se aplica). Essa metodologia foi utilizada no estudo de Souza e Borba (2017).

A mesma metodologia de cálculo foi adotada para obter o índice de Governança Corporativa. A verificação foi realizada para cada empresa da amostra, gerando um índice de evidenciação. Com base nesses índices, foi possível observar os níveis de divulgação das transações com partes relacionadas de cada companhia da amostra, bem como os índices de governança corporativa. Essa abordagem proporcionou uma visão do quão transparente cada empresa é em relação às suas transações com partes que possuem alguma ligação com ela e sobre suas práticas de governança corporativa.

Além disso, para atender o objetivo da pesquisa, foram apresentados os tipos de partes relacionadas existentes nas empresas da amostra. Essa análise detalhada permitiu uma compreensão mais profunda das relações empresariais e da diversidade de transações envolvidas.

A análise setorial foi conduzida para observar possíveis tendências quanto à quantidade, representatividade, tipos e nível de evidenciação das transações com partes relacionadas, levando em consideração o ramo de atuação das companhias. Essa abordagem enriquece a pesquisa e permite *insights* sobre práticas específicas do setor.

4 Resultados e Análises

4.1 Categorias de Transações com Partes Relacionadas

Na Tabela 5 estão apresentadas as categorias de transações com partes relacionadas identificadas na pesquisa, bem como a quantidade total verificada nas notas explicativas das companhias.

Tabela 5

Categorias de Transações com Partes Relacionadas presente na pesquisa

Tipos de Transações com Partes Relacionadas	Quantidade	%
Controladas.	240	76,19%
Controladas e Coligadas.	32	10,16%
Controladas; Controladas em conjunto e Coligadas.	19	6,03%
Controladas e Controladas em Conjunto.	10	3,17%
Controladas e Joint Venture.	3	0,95%
Controladas, Joint Ventures e Coligadas.	3	0,95%
Controladas e Pessoas Ligadas.	2	0,63%
Coligadas.	1	0,32%
Controladas em Conjunto	1	0,32%
Controladas e Acionistas.	1	0,32%
Controladas; Coligadas e Acionistas.	1	0,32%
Controladas, Coligadas, <i>Joint Operation</i> e Acionistas.	1	0,32%
Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração.	1	0,32%
Total	315	100%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

É possível verificar na Tabela 5 que 76,19% da amostra possuem transações apenas com controladas, indicando na amostra uma tendência de transações internas dentro de um mesmo grupo empresarial. A este respeito, o estudo de Souza et al. (2013) levantou a hipótese de que quanto maior o número de participações em controladas, maior será a quantidade de transações entre elas e a controladora.

No entanto, é possível verificar uma diversidade de categorias de transações no restante da amostra, em que 10,16% apresentam transações com controladas e coligadas e 6,03% de empresas possuem transações com controladas, controladas em conjunto e coligadas.

Na Tabela 5, é possível observar que as categorias “controladas e controladas em conjunto”, “controladas e *Joint Venture*”, “controladas, *Joint Venture* e coligadas”, “Controladas em Conjunto”, “Controladas e Acionistas”, “Controladas, Coligadas e Acionistas”, “Controladas, Coligadas, *Joint Operation* e Acionistas”, e “Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração” possuem pouca representatividade na amostra analisada, apresentando entre uma a três empresas.

4.2 Detalhamento dos Tipos de Transações com Partes Relacionadas

Foi realizada a análise e o detalhamento dos principais tipos de interações financeiras e operacionais entre a empresa e suas partes relacionadas. A Tabela 6 evidencia os itens que apareceram em maior quantidade na pesquisa e sua porcentagem com base no total de interações.

Tabela 6

Itens referentes às transações com partes relacionadas

Tipos identificados	Quantidade	%
Contas, duplicatas e valores a receber.	138	12,17%
Contratos de Mútuos.	97	8,55%
Dividendos.	90	7,94%
Compartilhamento e prestações de serviços.	83	7,32%
Contas, duplicatas e valores a pagar.	81	7,14%
Compartilhamento de despesas e custos.	74	6,53%
Vendas de equipamentos, produtos e matéria prima.	67	5,91%
Compartilhamento de Fornecedores.	66	5,82%
Compras de equipamentos, produtos e matéria prima.	55	4,85%
Empréstimos e financiamentos a pagar e/ou a receber.	55	4,85%
Contratos e despesas com aluguéis.	42	3,70%
Juros sobre capital próprio.	37	3,26%
Adiantamentos realizados.	34	3,00%
Receitas de vendas, financeiras e de serviços.	34	3,00%
Remuneração dos administradores e acionistas	29	2,56%
Reembolsos recebidos e realizados.	24	2,12%
Compartilhamento de Clientes.	18	1,59%
Arrendamentos de equipamentos e bens.	18	1,59%
Investimentos realizados.	16	1,41%
Valores para integralização de capital.	16	1,41%
Outros	60	5,29%
Total	1134	100,00%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Com base na Tabela 6, observa-se uma prevalência do item “Contas, duplicatas e valores a receber”, que apresenta um valor de 12,17%; sugerindo que um grande volume de crédito entre a empresa e suas partes relacionadas. A tabela sugere que este tipo predomina devido ao alto volume de transações com entidades controladas, podendo indicar uma dependência significativa de crédito e outras transações financeiras entre a empresa e suas controladas.

Os itens “Contratos de Mútuos” (8,55%) e “Dividendos” (7,94%) também apresentam uma presença significativa nas empresas da amostra. Ambas são transações financeiras importantes que afetam diretamente a liquidez e a distribuição de recursos.

A Tabela 6 identifica os tipos de Transações entre Partes Relacionadas que se destacam de forma significativa que indicam uma colaboração intensa e frequente dentro do grupo empresarial, como o “Compartilhamento e prestações de serviços” que reflete a troca de serviços especializados entre as empresas do grupo, enquanto o “Compartilhamento de despesas

e custos" aponta para uma gestão conjunta de recursos financeiros; já as "Vendas de equipamentos, produtos e matéria-prima" e "Compras de equipamentos, produtos e matéria-prima" evidenciam um fluxo contínuo de bens entre as empresas do grupo, indicando que essas transações são utilizadas para otimizar custos e recursos, além de fortalecer as operações e a competitividade do grupo empresarial como um todo.

"Empréstimos e financiamentos a pagar e/ou a receber" e "Contratos e despesas com aluguéis" representam 4,85% e 3,70%, respectivamente, refletindo a gestão de ativos e passivos entre as partes e evidenciando como estes itens podem ser essenciais para a administração financeira e patrimonial da empresa.

A presença dos itens "Compartilhamento de Clientes" (1,59%) e "Arrendamentos de equipamentos e bens" (1,59%), mostra que há uma diversidade de transações que são importantes para as operações específicas das empresas, mesmo que seja com uma menor frequência.

No estudo realizado por Souza et al. (2013), é possível perceber que os tipos de transações como "aluguéis", "Contratos de mútuo", "prestação de serviços" e "empréstimos e financiamento" já possuíam uma presença relevante dentro das empresas de capital aberto.

Os resultados encontrados evidenciam a ampla gama de transações entre as partes relacionadas existentes nas companhias brasileiras, além de destacar a complexidade e diversidade das interações financeiras e operacionais dentro do grupo que compõem a amostra.

4.3 Transações por Setor de Atuação

Com base nos dados apresentados no tópico 4.1, a Tabela 7 permite compreender a diversidade dos setores econômicos, a interação com suas partes relacionadas e o impacto financeiro dessas transações.

Tabela 7

Quantidade de TPR identificadas por setor de atuação.

Sector de atuação	Total de empresas	Categorias de TPR identificadas	Valor total das TPR por setor (em milhares de reais)
Bens Industriais	57	8	79.807.434
Utilidade Pública	43	6	60.123.881
Financeiro	42	5	190.110.888
Consumo Cíclico	71	5	34.229.496
Consumo Não Cíclico	25	5	61.708.969
Saúde	23	3	12.250.103
Materiais Básicos	19	4	91.583.776
Tecnologia da Informação	14	1	23.216.314
Petróleo. Gás e Biocombust.	11	3	5.808.699
Comunicação	10	2	20.038.693
Total	315	42	578.878.253

Legenda: TPR - Transações com Partes Relacionadas; Biocombust. - Biocombustíveis.

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O setor de bens industriais possui uma maior diversidade de TPR, já que contempla 8 categorias diferentes de transações, em um número de 57 empresas. Este setor totaliza aproximadamente R\$ 79.807.434 (em milhares de reais), indicando uma quantidade considerável de transações financeiras entre partes com ligação entre si.

Dentre as categorias identificadas no setor de atuação de Bens industriais estão transações com “Controladas”, “Controladas e *Joint Venture*”, “Controladas e Coligadas”, “Controladas e Controladas em Conjunto”, “Controladas, Controladas em conjunto e Coligadas”, “Controladas e Pessoas Ligadas”, “Coligadas” e “Acionistas, o Conselho de Administração, a Diretoria e os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração”.

O setor financeiro, com 42 empresas, possui o maior valor total de TPR, atingindo o valor de R\$ 190.110.888 (em milhares de reais), assim como no estudo realizado por Souza et al. (2013) no qual apresentava o valor de R\$ 12.605.343 (em milhares de reais), um valor relativamente alto para a data. O valor elevado observado para a data em questão pode estar associado à natureza das operações financeiras realizadas, que frequentemente envolvem grandes quantias devido às características pertencentes das atividades financeiras, como empréstimos, investimentos, fusões e aquisições.

O setor “Petróleo, Gás e Biocombustíveis” envolve transações de alta complexidade e valor considerável, mesmo que apresente uma quantidade de empresas e o valor total de TPR menor que em comparação com outros setores, o que possivelmente está ligado à concentração de grandes acionistas.

O conhecimento das informações sobre TPR existentes nas companhias é crucial para entender a dinâmica financeira interna das empresas e garantir a transparência e conformidade regulatória nas transações com partes relacionadas.

4.4 Análise da Governança Corporativa

A Tabela 8 apresenta a quantidade e porcentagem dos itens pertinentes à governança corporativa em relação ao total da amostra, demonstrando as características identificadas nas companhias.

Tabela 8

Itens analisados de Governança Corporativa.

Itens analisados Governança Corporativa	Quantidade	%
Possui Gestão de Risco	296	93,97%
Possui sistema de controles internos	170	53,97%
Possui Comitê de Auditoria	146	46,35%
Divulga o Relatório de Sustentabilidade ou Relato Integrado	140	44,44%
Remuneração transparente e proporcional dos executivos	133	42,22%
Possui área de Compliance	118	37,46%
Conselho de Administradores com membros independentes	111	35,24%
Possui Comitê de Ética	110	34,92%
Possui Auditoria Interna	88	27,94%
Existência de canais de comunicação	78	24,76%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O item que mais prevaleceu nas companhias analisadas foi “Possui Gestão de Risco”, com 93,97%, indicando que grande parte da amostra considera e adota a gestão de risco como uma parte fundamental para o controle e continuidade da empresa. Esta gestão é um componente essencial da governança corporativa porque ajuda a assegurar que a empresa esteja preparada para identificar, avaliar e diminuir riscos que possam afetar a continuidade e o desempenho do negócio.

Outra característica de governança com significativa representatividade na amostra é o Sistema de Controles Internos que apresenta um percentual de 53,97%. Esta é uma prática essencial para garantir a precisão e integridade das operações e relatórios financeiros, além de prevenir fraudes e erros.

Analisando as questões relacionadas à área de auditoria, nota-se que 46,35% das companhias da amostra possuem Comitê de Auditoria, mas que apenas 27,94% apresentam Auditoria Interna. Este percentual reflete a importância que a empresa tem em relação à transparência e à avaliação contínua da empresa. Relacionado à transparência e a ética corporativa, há também a divulgação do relatório de sustentabilidade (44,44%), o conselho de administração com membros independentes (35,2%) e o Comitê de ética (34,92%).

A existência da área de *compliance* e canais de comunicação, representados por 37,46% e 24,76% respectivamente, indica um compromisso significativo com a conformidade regulatória e a comunicação eficaz no ambiente interno da empresa.

A transparência na remuneração dos executivos (42,22%) representa uma prática importante para garantir a confiança dos investidores e *stakeholders*, pois demonstra que a empresa tem compromisso com a justiça e transparência nas compensações.

Os dados apresentados servem como base para argumentar a respeito da representatividade e do impacto dessas práticas nas empresas analisadas. Ao promover uma governança corporativa sólida, a empresa alinha os seus interesses, previne conflitos, atrai talentos e melhora sua reputação no mercado.

4.5 Média dos Indicadores Analisados por Setor

A Tabela 9 apresenta a média dos índices de Governança Corporativa e de Evidenciação das Transações com Partes Relacionadas por setor de atuação. Esses índices avaliam a qualidade das práticas de governança corporativa e a transparência na divulgação de transações com partes relacionadas em diferentes setores econômicos.

Tabela 9

Média dos índices de Governança Corporativa e de evidenciação das TPR por setor.

Setor	Quantidade	Média Evidenciação TPR	Média Índice Governança Corporativa
Utilidade Pública	43	80,93%	64,38%
Bens Industriais	57	78,99%	48,03%
Comunicação	10	78,00%	40,00%
Saúde	23	76,52%	44,11%
Consumo Cíclico	71	75,07%	34,71%
Materiais Básicos	19	74,61%	40,60%
Petróleo. Gás e Biocombustíveis	11	74,55%	46,36%
Tecnologia da Informação	14	72,86%	44,84%
Consumo Não Cíclico	25	72,80%	42,76%
Financeiro	42	69,17%	55,56%

Fonte: dados da pesquisa (2024).

O setor de utilidade pública apresentou o maior índice de governança corporativa e de evidenciação de TPR, refletindo a importância das boas práticas de governança e a necessidade

de transparência para manter a confiança dos investidores e do público. Também se deve destacar o fato de que as empresas deste setor são reguladas por órgãos específicos, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o que pode ter relação com seu resultado na pesquisa.

No estudo realizado por Souza (2011), o setor de utilidade pública apresentou uma média de evidenciação alta durante os anos de 2008 e 2009, do mesmo modo, que apresentou no presente estudo, que teve como base o ano de 2022, o que pode indicar uma possível tendência relacionada a este setor.

O setor de Consumo Cíclico apresenta a média mais baixa de governança corporativa (0,3471), seguido pelo setor de Comunicação (0,4000). Isso pode indicar que esses setores podem estar enfrentando desafios maiores na implementação de práticas robustas de governança, possivelmente devido à natureza mais volátil e competitiva de suas operações.

É possível verificar uma tendência de que setores com altos índices de governança corporativa apresentem também altos índices de evidenciação das TPR, como visto nos setores de Utilidade Pública e Financeiro. Estes resultados sugerem que empresas com boas práticas de governança estão mais inclinadas a serem transparentes em suas transações. No estudo de Przendsiuk (2015), é enfatizado que a capacitação dos indivíduos é crucial para a compreensão e aplicação dos valores essenciais e aspectos éticos, destacando a importância de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo todas as partes da governança corporativa, para reconhecer e valorizar a correta aplicação dessas normas.

5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar o nível de evidenciação e a representatividade das transações com partes relacionadas em relação à governança corporativa das companhias listadas na B3.

Os resultados demonstraram que há uma variação significativa no nível de evidenciação das TPR entre os diferentes setores. O setor de utilidade pública apresentou o maior índice de governança corporativa e de evidenciação, o que reflete a importância das boas práticas de governança e a necessidade de transparência. Em contrapartida, o setor de consumo cíclico apresentou a média mais baixa de governança corporativa, indicando possíveis desafios para a implementação de práticas robustas de governança.

A pesquisa também evidenciou que a maioria das empresas realiza transações apenas com controladas, destacando uma forte relação de transações internas dentro de um mesmo grupo empresarial. Entre as transações identificadas se destacam como principais categorias “compras e vendas”, “empréstimos e financiamentos” e “serviços prestados e tomados”; isso sugere uma complexidade nas relações empresariais que vai além das transações com controladas, indicando a necessidade de uma análise mais detalhada dessas interações.

Em relação à representatividade, verificou-se que o setor de saúde apresentou a maior média, enquanto o setor de consumo cíclico registrou a menor, isso indica que, apesar das variações na transparência, há setores que lidam com volumes mais significativos de TPR, o que pode impactar suas operações e decisões estratégicas.

A análise conjunta entre o nível de evidenciação e a representatividade das TPR não mostrou nenhuma tendência de relação na amostra analisada, indicando que possivelmente a transparência das informações não depende do valor total das transações, Isso sugere que fatores

adicionais, como por exemplo, relacionados à cultura corporativa e às exigências regulatórias, podem estar influenciando a divulgação dessas transações.

A pesquisa também destacou que, embora o CPC 05 (R1) tenha sido publicado no Brasil há 14 anos, ainda existem desafios na plena adoção de suas diretrizes pelas empresas.

É essencial que as empresas adotem práticas mais transparentes e detalhadas na divulgação das TPR, pois isso não apenas atende às exigências regulatórias, mas também melhora a confiança dos investidores e demais *stakeholders* na gestão da empresa. A transparência nas transações com partes relacionadas é crucial para evitar conflitos de interesse e garantir que as operações sejam realizadas de maneira justa e equitativa.

Ressalta-se que os resultados verificados na presente pesquisa se limitam à amostra e ao período analisado, não podendo ser generalizados para outras empresas ou períodos distintos. Como sugestão para futuras pesquisas, poderia ser realizada uma análise do nível de evidenciação e representatividade das TPR das empresas listadas na B3 em exercícios posteriores, incluindo outras variáveis na investigação, como o impacto das auditorias externas e a influência da estrutura de propriedade. Adicionalmente, seria relevante explorar a percepção dos investidores sobre a qualidade da evidenciação das TPR e seu impacto na tomada de decisões de investimento.

Em última análise, fortalecer a governança corporativa e ampliar a transparência das TPR não é apenas uma obrigação normativa, mas um diferencial estratégico capaz de sustentar a competitividade e a credibilidade empresarial no longo prazo.

Referências

- Baer, M. H. (2009). *Governing corporate compliance*. Boston College Law Review. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1474291
- Beerbaum, D. O., & Piechocki, M. (2018, maio). Related party transactions – Empirical study based on IFRS and SEC disclosures. *ResearchGate*. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2665015>
- Beerbaum, D. O. (2017, setembro). Benchmarking and best-practice analysis in financial accounting – The case of related party disclosures. *SSRN Electronic Journal*. <https://www.researchgate.net/publication/325181688>
- Campos, G. M., Moreira, R. L., & Scalzer, R. S. (2014). Financial reporting: Reflection on transparency in the third sector [Evidenciação contábil: Reflexão sobre transparência no terceiro setor]. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 9(3), 65-87.
- Canaj, K., Nimani, A., Canaj, B., & Spahija, D. (2022). Management and internationalization of research strategies in higher education institutions as a basis of economic well-being. *Corporate & Business Strategy Review*, 3(2), Edição Especial. <https://doi.org/10.22495/cbsrv3i2siart3>
- Castro, F. M. (2017). *Divulgação sobre partes relacionadas: um estudo sobre a divulgação das empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA a respeito do CPC 05 (R1)* [Dissertação de bacharelado, Universidade de Rio Verde]. Universidade de Rio Verde. <https://www.unirv.edu.br>

Cardoso, R. L., Mendonça Neto, O. R., & Riccio, E. L. (2004). A evolução recente da transparência dos fatores de risco nas informações contábeis: Uma análise de empresas brasileiras de telecomunicações. *Revista de Administração Mackenzie*, 5(2), 14-35. <https://doi.org/10.1590/1678-69712004/administracao.v5n2p14-35>

Corlaciou, A., & Tudor, A. T. (2011). *Related party transactions* – Overview. *Annales Universitatis Apulensis Series Oeconomica*, 13(2), 89-102.

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2019). *Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2): estrutura conceitual para relatório financeiro*. Brasília, DF: CPC. <http://www.cpc.org.br/CPC>

CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). *Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1): divulgação sobre partes relacionadas*. Brasília, DF: CPC. <http://www.cpc.org.br/CPC>

Dalmácio, F. Z., & Paulo, F. F. M. (2004). A evidenciação contábil: Publicação de aspectos sócio-ambientais e econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. *Brazilian Business Review*, 1(2), 45-60. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=123017745001>

Dantas, J. A., Souza, G. G., & Bahia, R. G. V. (2022). Impacto das transações com partes relacionadas na auditoria. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 7(2), 123-140. https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.52397

Eisenhardt, K. M. (2015). Teoria da agência: Uma avaliação e revisão. *Revista de Governança Corporativa*, 2(1), 34-56. <https://doi.org/10.21434/IberoamericanJCG.v2i1.14>

Estadão Economia. (2023, 14 de junho). Americanas: entenda as acusações e quem são os envolvidos na crise da empresa. *Estadão Economia*. <https://www.estadao.com.br/economia/americanas-entenda-acusacoes-quem-sao-envolvidos-irregularidades-diretoria-antiga-nprei/>

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>

Gil, A. C. (2018). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7ª ed.). Atlas.

Góis, A. D., & Soares, S. V. (2019). O efeito da reputação corporativa, segundo a transparência contábil, no gerenciamento de resultados de empresas listadas na B3. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 13(2), 23-40. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v13i2.2229>

Ho, C. K. (2005). Corporate governance and corporate competitiveness: An international analysis. *Corporate Governance and Corporate Competitiveness*, 13(2), 101-120. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8683.2005.00419.x>

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. (2023). *Código das melhores práticas de governança corporativa* (6ª ed.). IBGC.

Ismal, M. D., Kathim, A. M., & Al-Kanani, M. M. (2023). Corporate governance and its impact on the efficiency of internal control on non-profit government institutions: An exploratory study. *International Journal of Professional Business Review*, 8(1), 55-70. <https://doi.org/10.26668/businessreview/2023.v8i1.1155>

Lethbridge, E. (2017). Governança corporativa. *Revista do BNDES*, 4(8), 65-80. <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13435>

Magalhães, R. L. R., Pinheiro, L. E. T., & Lamounier, W. M. (2011). Fatores que favorecem a compreensão da extensão da divulgação sobre partes relacionadas – Estudo nas companhias listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6 (Especial), 101-120.

Manaligod, G. T. (2012). Related party transactions. *American International Journal of Contemporary Research*, 5(5), 45-59.

Manzato, A. J., & Santos, A. S. (2012). *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. Universidade Estadual Paulista. https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf

Mendonça, J. C. G. (2023). Transação com parte relacionada instrumento para income smoothing. In 13º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças. *Anais*. Florianópolis: UFSC.

Nunes, G. C., Nascimento, M. C. D., & Luz, M. A. C. A. (2016). Pesquisa científica: Conceitos básicos. In *on Line Multidisciplinary and Psychology Journal*. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/527>

Przendsiuk, V. A. R. (2015). *Governança corporativa e transações entre partes relacionadas*. Dissertação de bacharelado, Centro Universitário de Brasília. Centro Universitário de Brasília. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/7195/1/Monografia%20da%20aluna.pdf>

Ribeiro, J. E., & Souza, A. A. (2022). 20 anos de governança corporativa no Brasil. In 22º USP International Conference in Accounting. *Anais*. São Paulo: USP.

Santos, A., Iudícibus, S., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2022). *Manual de contabilidade societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (4ª ed.). Atlas.

Silveira, A. M., Prado, V. M., & Sasso, R. (2008). Transações com partes relacionadas: Estratégias jurídicas e relação com a governança corporativa e valor das empresas no Brasil. *Social Science Research Network*. <https://ssrn.com/abstract=1307738>

Souza, M. M. (2011). *Perda no valor recuperável de ativos*: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Contabilidade.

Souza, M. M., & Borba, J. A. (2017). Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas companhias de capital aberto brasileiras. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(73), 77-92. <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/>